

De: Joao Pereira <abs.segur@gmail.com>
Enviado em: quarta-feira, 21 de junho de 2017 10:17
Para: licitacao@tapira.mg.gov.br
Assunto: Re: CONVOCAÇÃO
Anexos: 20160915_26 (2).pdf



Bom dia!

Prezados (as) Senhores (as), no envelope de habilitação já consta essa documentação, mas de qualquer forma segue anexo o solicitado.

Att.,

João Pereira

Em 21 de jun de 2017 09:38, <licitacao@tapira.mg.gov.br> escreveu:

Att. Sr.

João Batista Pereira, representante da empresa ABS SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, considerando que a empresa EB Eventos, classificada em 1º lugar, do Lote II (Segurança), foi convocada a apresentar o Certificado de segurança em nome da empresa emitido pela Polícia Federal, para condição de assinatura do contrato, onde a mesma pediu a desistência do lote por não conseguir o documento a tempo hábil para a festa. Em seguida convocamos a empresa José Carlos de Paiva EPP, classificada em 2º lugar, a apresentar o Certificado de segurança em nome da empresa emitido pela Polícia Federal, para condição de assinatura do contrato, onde a mesma também pediu a desistência do lote por não ter o documento em nome da empresa, a qual alegou que ela já prestou serviços de segurança, porém na condição de subcontratação, o que é vetado neste edital.

Por todo exposto, considerando que a empresa ABS SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, é a empresa classificada em 3º lugar, convocamos a mesma a apresentar ao Senhor Pregoeiro o Certificado de segurança em nome da empresa emitido pela Polícia Federal, até no prazo máximo de 02(dois) dias úteis desta convocação.

Aguardamos,

Departamento de Licitação

Tapira/MG





CNPJ nº 69.282.713/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1858/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.229, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60389 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
5500 (cinco mil e quinhentas) Munições calibre 12
82700 (oitenta e duas mil e setecentas) Espoletas calibre

38 22421 (vinte e dois mil e quatrocentos e vinte e um) Gramas de pólvora

72309 (setenta e dois mil e trezentos e nove) Projéteis calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

20 (vinte) Armas de choque elétrico de contato direto
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

100 (cem) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
100 (cem) Granadas fumígenas de sinalização
100 (cem) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemongrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

VALIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.230, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50412 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA., CNPJ nº 04.008.185/0003-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1839/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.231, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51709 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 05.671.138/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1914/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.238, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/25836 - DPFI/VE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGF SERVIÇOS EM VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 00.889.011/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1981/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.249, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60553 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VISEL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 32.401.341/0001-65, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Armas de choque elétrico de contato direto
3 (três) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VALIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.250, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/60701 - DPFI/FO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES INTERIORANA LTDA., CNPJ nº 92.007.749/0001-89, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1791 (uma mil e setecentas e noventa e uma) Munições calibre 380

780 (setecentas e oitenta) Munições calibre 12
36000 (trinta e seis mil) Espoletas calibre 38
9332 (nove mil e trezentos e trinta e dois) Gramas de pólvora

36000 (trinta e seis mil) Projéteis calibre 38
VALIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.256, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50907 - DPFI/URAMG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABS SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.972.860/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1926/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.635, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08492.005377/2015-67 - DPFI/UISC, resolve:

Cancelar a Autorização concedida por meio da Portaria nº 11007, publicada no D.O.U. de 16/08/2010, para exercer atividade em VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, à empresa DO VALE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ/MF nº 08.370.434/0001-95, localizada em SANTA CATARINA.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 33.636, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08200.304969/2016-88 - NAD/SELOG/SR/PP/SP, resolve:

Autorizar a empresa SANTANA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. - CNPJ: 08.837.343/0001-17, a promover alterações nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser SANTANA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL - EIRELI

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 767, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e pela Portaria nº 2.586/MJ, de 16 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 17 de outubro de 2012,

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto legal, para, observadas as disposições legais e regulamentares, promover o cadastro, lançamento e controle de consultas e requerimentos de imóveis no Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - SISREI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR NOBRE MENDES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIA Nº 194, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, em cumprimento à decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 5021485-60.2016.4.04.0000/PR, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, interposto pela União nos autos de Ação Popular nº 5021296-34.2016.4.04.7000, em trâmite na 5ª Vara Federal de Curitiba/PR, resolve:

Restabelecer os efeitos da Portaria nº 124 de 25 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2016, que SUSPENDE os efeitos da Portaria nº 57, de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, na parte que concede nacionalidade brasileira por naturalização a EMESE TAKACS, com alcance restrito em relação ao direito da naturalização representar o País em competições esportivas internacionais, até que resolvida a Ação Popular nº 5021296-34.2016.4.04.7000, em trâmite na 5ª Vara Federal de Curitiba/PR.

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

**DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS**

DESPACHOS DO CHEFE

Determino o DEFERIMENTO da Retificação de Assentamentos abaixo relacionados:

Em 25/04/2016.
Processo: 08505069234201597, WEIWEI ZENG, alterado os nomes dos seus genitores constantes do seu registro, passando de ZENG DEHUA para DEHUA ZENG e de LU XIUHUA para XIUHUA LU.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 127, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: MONSTER HIGH - BEM VINDO A MONSTER HIGH (+ ADICIONAIS) (MONSTER HIGH - WELCOME TO MONSTER HIGH, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Shane Amsterdam/David Voss
Diretor(es): Stephen Donnelly/Olly Reid
Distribuidor(es): Universal Pictures do Brasil
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.034271/2016-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MEU REI (MON ROI, França - 2015)
Produtor(es): Xavier Amblard
Diretor(es): Masiwa
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.034578/2016-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP